



COOPERATIVISMO: DESAFIOS DOS PRODUTORES DE LEITE DO ASSENTAMENTO ITAMARATI DE PONTA PORÃ-MS

Artigo completo

Diego Emmanuel Cabrera Cardena (UEMS) - diegokbza@yahoo.com.br

Moisés Centenaro (UEMS) - m.centenaro@uems.br

Moysés Simão Kaveski (UEMS) - profmoyses@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho se propõe a realizar uma análise da realidade dos produtores de leite no Assentamento Itamarati. A pesquisa limita-se ao funcionamento da Cooperativa dos Agricultores Familiares do Itamarati, a COOPERAFI tendo como objetivo, demonstrar a importância do cooperativismo junto aos assentados, voltando-os ao incremento da produção agropecuária para torná-los mais competitivos, analisar os benefícios alcançados por meio da cooperativa, levantar as dificuldades atuais enfrentadas pelos produtores de leite no assentamento e propor soluções para a melhoria da realidade socioeconômica dos produtores. Utilizou-se um questionário semiestruturado, aplicado em 31 produtores de leite, pôde-se obter dados que foram identificados como pontos fortes ou pontos fracos, oportunidades ou ameaças. Ao concluir a pesquisa constatou-se que a qualidade de vida dos produtores de leite do assentamento Itamarati melhorou depois da criação da COOPERAFI por meio dos seus serviços como apoio veterinário, maior poder de negociação de preço do produto e melhoria da qualidade de armazenamento da produção, porém existem ainda algumas dificuldades como: alimentação do rebanho durante o período de seca, inseminação artificial no rebanho, comunicação entre os produtores e os funcionários da cooperativa com as principais entidades de apoio à agricultura familiar, demonstrando fragilidade nas relações entre os envolvidos. O estudo também propõe medidas alternativas para os problemas apresentados.

Palavras-chaves: Cooperativismo, Produção de Leite, Assentamento Rural

1. INTRODUÇÃO

A competitividade é um dos principais itens que trás o diferencial a um produto. Para tanto, num mercado globalizado como a agroindústria, pequenos produtores de leite precisam se organizar para, além de enfrentar melhor os desafios já enfrentados, também poder assim ganhar forças no mercado e enfrentar com maior representatividade o mercado do leite, para isso torna-se ideal a organização em cooperativas.

As cooperativas são instituições organizadas de forma democrática, ou seja, contando com a participação livre de todos e respeitando direitos e deveres de cada um de seus cooperados, para os quais são realizados determinados tipos de serviços sem fins lucrativos. Elas trabalham oferecendo aos cooperados a possibilidade de trabalhar de maneira conjunta para poder assim negociar mais facilmente o produto em questão, pois, afinal, um maior volume do produto facilita a comercialização.

O assentamento Itamarati, apesar de ser visto como modelo de reforma agrária ainda tem muito que se desenvolver em vários aspectos, sendo que a produção leiteira poderia ser melhor articulada com uma visão de cooperação, proporcionando melhores ganhos com qualidade e escala de produção.



A produção leiteira surge como alternativa de geração de trabalho e renda para vários agricultores no país. Ela é uma opção viável, principalmente para o pequeno produtor por absorver mão de obra em épocas ociosas de lavoura e por possibilitar a utilização de áreas não aproveitadas para culturas como milho, soja e feijão.

Uma das alternativas para a mudança desse cenário é o cooperativismo. As cooperativas são consideradas como uma forma ideal de organização das atividades sócio econômicas da humanidade (BENATO *apud* LEHN 2009). Assim, possibilitando que o produtor possa alcançar seus objetivos mais ambiciosos do que se atuasse de maneira individual, através de ações na organização da produção, na coleta, nas relações com parceiros e na comercialização de maneira diferenciada.

As cooperativas de leite, ao longo dos anos, demonstraram, em todo o Brasil um forte dinamismo de desenvolvimento, melhor adaptação às rápidas mudanças do mercado e preparo para o aumento da competição através da otimização das operações e ganhos de escala (SANTOS, 2004).

Apesar de alguns estudos dos últimos anos afirmarem que apenas os grandes projetos são o único caminho para se manterem competitivos no mercado globalizado, o sistema de cooperativa contraria essa afirmativa mostrando-se eficiente, mesmo trabalhando com aqueles produtores considerados pequenos e excluídos das grandes empresas.

No caso do Assentamento Itamarati, em relação aos outros projetos de reforma agrária no Brasil não está apenas no tamanho da área e na quantidade de famílias, o projeto foi concebido para ser participativo e democrático, com ênfase no cooperativismo, na utilização de procedimentos técnicos e operacionais, tudo definido pelos próprios assentados e as instituições parceiras, como INCRA (governo federal), do governo estadual a AGRAER (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural), Sebrae e EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

O presente estudo irá analisar fatores sociais, econômicos, organizacionais dos sistemas produtivos que comprometem ou abrem potenciais para negócios para a cooperativa de produtores de leite no Assentamento Itamarati, a COOPERAFI, analisando a potencialidades e as deficiências enfrentadas pelos produtores.

2. OBJETIVOS

O objetivo geral é análise do modelo de trabalho da cooperativa leiteira no assentamento Itamarati COOPERAFI, verificando se a aplicação dos recursos obtidos através do crédito rural pelos produtores de leite da cooperativa é utilizado eficientemente, avaliar os desafios de mercado encontrados pelos cooperados, identificar os benefícios proporcionados pela cooperativa e propor soluções para os problemas constatados com o estudo.

3. REFERÊNCIAL TEÓRICO

A reforma Agrária trata-se da distribuição de terras a trabalhadores rurais sem terra alterando a estrutura da propriedade da terra no campo e implica necessariamente mudanças na estrutura do poder econômico, social e político. Para Martins (2003) a ideia da reforma agrária nasce e permanece no Brasil como bandeira socialmente conservadora e politicamente progressista, o que dá bem a medida da enorme confusão que a cerca pela profunda contradição que a limita.



Segundo Albuquerque *et al* (2004), o Brasil possui uma história de distribuição de terras irregular, valorizando muito mais o favorecimento dos amigos e leais servidores da aristocracia portuguesa, no tempo do Brasil império e que foi consagrado até a atualidade agora a favor dos interesses dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros o que prejudicou a distribuição igualitária e imparcial das terras.

A agricultura brasileira sofreu, durante décadas, forte transferência de renda para outros setores da economia nacional, o que causou empobrecimento do setor agrícola com relação aos demais, fato que foi amenizado pelo crédito rural. No entanto, este era centralizado em grandes produtores, o que proporcionou um hiato entre a renda dos produtores familiares e comerciais. (RODRIGUES *et al*, 2007).

Como resultado desse favorecimento aos grandes produtores de terra, o maior prejudicado foi o pequeno produtor já que a reforma agrária e a agricultura familiar estão fortemente interligados. Para Santos (2009) o Brasil entrou no século XXI com problemas herdados no desenrolar de sua história. A escravidão, a estrutura latifundiária, os projetos políticos elitistas, o autoritarismo e o capitalismo dependente contribuíram para os altos índices de desemprego, miséria, analfabetismo, dentre outros problemas facilmente encontrados no meio rural.

Segundo Martins (2003), é importante entender a reforma agrária no Brasil, como um processo de distribuição e redistribuição de terras, e de correção cíclica da estrutura fundiária centralizadora, centrado num projeto político e social de fortalecimento e expansão da agricultura familiar, ela ampliará sua viabilidade diversificar e multiplicar os mecanismos de acesso à terra e o fizer num esquema técnico que deprima os ônus sociais da renda territorial.

Para Santos (2009), a agricultura familiar traz benefícios para os trabalhadores, uma vez que oferece novas oportunidades de trabalho e renda, pois a economia local é ativada através da diversificação de novas formas de trabalho no campo. Pode-se definir que, de modo geral, a agricultura familiar é um modelo rural produtivo, onde as unidades de produção se organizam em torno do núcleo familiar, porém, está ainda num processo de consolidação.

A política do crédito rural, principal instrumento de compensação utilizado no Brasil nas décadas de 1960 e 1970, foi importante para o desenvolvimento econômico do país, mas pouco contribuiu para a agricultura familiar, devido à concentração desses créditos nos grandes produtores.

O certo é que todos os incentivos governamentais ocorridos neste período atenderam principalmente aos médios e grandes produtores rurais das regiões Sul e Sudeste, sobretudo para a produção de alimentos para atender o grande mercado interno, como também excedente para a pauta de exportação (SANTOS, 2009).

A partir da década de 1970, o campo brasileiro sofreu um processo de modernização conservadora, beneficiando estritamente o latifúndio, que teve como consequências maiores, a concentração da terra e da renda, o êxodo, o empobrecimento e o desemprego no meio rural. Durante a década de 1980, registrou-se um grande avanço nos movimentos sociais organizados em defesa não só da reforma agrária como também de políticas que permitissem o acesso dos agricultores familiares ao crédito e à assistência técnica.

A partir do governo FHC (Fernando Henrique Cardoso), houve uma maior preocupação com a questão agrária e o empobrecimento do setor foi amenizado pelo incentivo ao crédito rural pelo pequeno produtor rural. Segundo Martins (2003) a política agrária de Fernando Henrique Cardoso teve por objetivo fazer a reforma e ao mesmo tempo instituir a



normalidade do conflito, isto é, definir as bases institucionais do conflito agrário, fazendo do Estado o mediador e gestor das soluções.

Em 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, mais conhecido como PRONAF, o intuito de propiciar a esses agricultores um instrumento capaz de construir no meio rural um modelo de desenvolvimento socioeconômico, que, em princípio, combateria as desigualdades regionais (SANTOS, 2009).

3.1 O COOPERATIVISMO NO BRASIL

O cooperativismo teve início na Europa no meio do século XIX oferecendo um sistema, que busca constituir uma sociedade justa, livre e fraterna e que trouxe um retorno financeiro mais significativo a aqueles que faziam parte dela do que quando a mesma não existia. Para Morais *et al*, (2011) o cooperativismo se divide em categorias que ilustram suas funções no mercado, como as cooperativas de consumo, de crédito, de compra e venda e de produção.

Os ideais cooperativistas tinham mais de meio século de aplicação prática na Europa quando chegaram ao Brasil. Uniam as suas parcas economias e seus conhecimentos em modelos organizacionais que potencializavam os seus esforços, o que resultou em expressivo vigor econômico e social para as regiões onde eles se estabeleceram.

Embora o cooperativismo tenha enfrentado dificuldades ao longo de todo o século XX, mostrou-se capaz de resistir e de se firmar na economia nacional (MORAIS *ET AL.*, 2011). A contribuição que o cooperativismo moderno trouxe para o desenvolvimento do meio rural do Brasil, nesses mais de 100 anos de existência é significativa. O cooperativismo rural brasileiro se fortaleceu na década de 1970 e tornou-se um dos principais agentes de desenvolvimento do meio rural, apoiando e difundindo tecnologias e conhecimentos nas diversas áreas da produção agropecuária (DAVID, 2009).

Apesar do favorecimento que durante vários anos os governos deram aos grandes produtores, o cooperativismo sempre se apresentava como uma opção para o fortalecimento e aumento da representatividade dos seus membros, principalmente aqueles produtores que não conseguiriam chegar muito longe atuando de maneira individual, afinal de contas, elas têm como vantagem sua base social, que pode oferecer condições técnicas para o crescimento, tendo boa participação nas comunidades, principalmente quando estimulam os produtores.

4. METODOLOGIA

A necessidade da elaboração de soluções para dificuldades torna imprescindível o uso de um esquema lógico para a elaboração do levantamento dos problemas enfrentados e a proposição de decisões que podem ser tomadas quando ainda não se tem as informações suficientes. O procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos é definido como pesquisa (GIL, 2002).

Primeiramente foi feita uma entrevista com o presidente da cooperativa dos produtores de leite do Assentamento Itamarati, através de um questionário estabelecido para se obter conhecimentos mais específico da cooperativa, buscando levantar informações que pudessem nortear o estudo.

Logo, passou-se à coleta dos dados com os produtores. Que segundo Baruffi (2004) é a série de investigações e exploração do material existente para se verificar a importância ou



não de despendendo esforços na investigação do tema. Os dados foram coletados através de pesquisa de campo para que os dados sejam recolhidos diretamente com os assentados.

Segundo Gil (2002) a pesquisa de campo procura o aprofundamento das questões propostas. A população abordada foi dos produtores de leite do Assentamento Itamarati afiliado à COOPERAFI. Utilizando uma amostra de produtores para análise de 31, num total de 423 produtores associados.

Foi realizada entrevistas semiestruturada com os produtores de leite. Possibilitando uma análise mais detalhada de assuntos que os assentados queria expor. Parte do questionário também tem questões qualitativas. Essas questões serviram para analisar o grau de satisfação quanto aos serviços da cooperativa e o retorno financeiro avaliado pelo cooperado.

De acordo com Triviños (1987), a entrevista semiestruturada é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, junto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as respostas do informante.

Para a coleta de dados foi abordado os seguintes procedimentos:

- Levantamento e análise do perfil do pequeno produtor de leite do Assentamento Itamarati afiliado à COOPERAFI;
- Análise de dados da produção de leite dos cooperados, e
- Entrevista semiestruturada com os produtores associados.

A coleta de dados foi realizada através de uma investigação da estrutura organizacional da cooperativa para compreender o seu funcionamento e abrangência. A seguir, levantou-se o número de produtores de leite no assentamento e o tipo de ligação que possuem com a cooperativa através de entrevista com o presidente da cooperativa. A coleta de dados foi realizada entre os dias 10 e 30 de novembro de 2012.

As perguntas realizadas buscaram saber as principais diferenças que foram alcançadas pelo produtor de leite logo após o seu ingresso na cooperativa. Foi levantamento o número da produção, valor conseguido com a venda do produto e a facilidade de aquisição de insumos, além de avaliar as relações entre os funcionários da cooperativa e os produtores e as razões que levaram ingressar na cooperativa verificando se os objetivos estão sendo alcançados.

Os diagnósticos da cadeia produtiva serão apresentados através da matriz FOFA, ou análise SWOT, da cooperativa levantando quatro pontos, sendo dois no âmbito interno (pontos fracos e pontos fortes) e dois de âmbito externo (ameaças e oportunidades).

5. HISTÓRICO DO ASSENTAMENTO ITAMARATI

A região sul do Estado de Mato Grosso do Sul, durante muito tempo foi palco de constantes mudanças, para Terra (2010), tal transformação segue um círculo vicioso que tem marcado esta porção do território brasileiro como se fosse um estigma: o de ser o palco de grandes empreendimentos, nos quais estão incluídos os pequenos proprietários e os trabalhadores sem-terra, como elementos fundamentais, porém de forma subserviente.

Na década de 70 houve a consolidação dos grandes produtores rurais, entre eles o empresário Olacir Franco de Moraes, então proprietário do grupo Itamarati, chegando até ser conhecido como o “Rei da Soja”. Ele fora proprietário da Fazenda Itamarati, na época a maior fazenda do país. Oriunda do primeiro grande empreendimento privado brasileiro do século XIX, a Companhia Mate Laranjeira.



Criado por Tomas Laranjeira, a Companhia Mate Laranjeira obteve o monopólio da exploração da erva-mate na região de fronteira entre o Brasil-Paraguai. Dentro de uma conjuntura e com base nas facilidades, segundo Terra (2010):

A introdução e expansão das lavouras mecanizadas, sobretudo da soja: o predomínio de terrenos planos ou de reduzida declividade, ideais para a mecanização agrícola; o baixo custo das terras sul-mato-grossenses, subaproveitadas com a pecuária extensiva, por vezes, ultraextensiva; solos derivados do derrame basáltico, com elevado nível de fertilidade; e, ainda, certa semelhança climática entre o cone sul de Mato Grosso do Sul e a região norte do Rio Grande do Sul. Para completar, uma evolução bastante favorável do mercado internacional da soja, no início da década de 1970, favoreceu também o rápido crescimento do uso de maquinário na lavoura no Mato Grosso do Sul. (p.181)

Num momento em que o país, e principalmente o Estado do Mato Grosso do Sul, passavam por um conjunto de mudanças de grande envergadura com a introdução e expansão das lavouras mecanizadas de trigo e soja, fortemente integradas às agroindústrias, que o empresário Olacyr Francisco de Moraes implantou a Fazenda Itamarati no município de Ponta Porã, em parte das terras pertencentes anteriormente à Companhia Mate Laranjeira.

A implantação teve início no ano de 1973 com o status de “Mega Empreendimento”. A Fazenda Itamarati, dotada de uma estrutura grandiosa com profissionais capacitados (mecânicos, tratoristas, gerentes, agrônomos), laboratório de pesquisas e silos com grande capacidade de armazenagem, obteve o rótulo de “maior fazenda de soja do mundo”.

“A Itamarati montou um dos primeiros laboratórios agrícolas do país. Os estudos científicos ali realizados resultaram na criação de mais de 100 variedades de soja, algumas entre as mais produtivas do mundo[...] [...]Graças ao impulso dado pela Itamarati, a área cultivada de soja no cerrado passou de 4.000 hectares no começo da década de 70 para mais de 3 milhões de hectares” (Terra apud VEJA, 27/06/2001).

Apesar de muitos fatores estruturais se combinarem para a viabilização sua implantação, dando-lhe o suporte necessário, o “Mega Empreendimento” fracassou. Logo no início da década de 80, quando o investimento governamental com foco para o crédito oficial passou a escassear, a Fazenda Itamarati iniciou seu processo de decadência.

Para tentar cobrir parte de suas dívidas, Olacyr ofereceu a fazenda inteira por 300 milhões de reais ao governo federal, que não aceitou a proposta. Um ano depois precisou entregar metade da propriedade ao Banco Itaú para garantir o pagamento de dívidas.

Sem saber o que fazer com tamanho empreendimento, em 2000 o Banco Itaú procurou o governo com a seguinte oferta melhor: entregaria metade das terras da fazenda por R\$ 27,6 milhões a serem pagos em quinze anos, com Títulos da Dívida Agrária (TDA). Para Terra (2009), a decadência de um ícone da produção agrícola em grande escala servirá como base para um novo significado de função social da terra a reforma agrária.

Como o governo federal vinha sofrendo pressão popular para a diminuição da desigualdade social, em maio de 2001, repassou a área ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) quando, então, implantou-se o Assentamento Itamarati, que seria um dos maiores assentamentos do país.

A aquisição da Fazenda Itamarati para fins de reforma agrária ocorreu no momento em que o governo federal formulava uma política explicitamente voltada para a agricultura familiar, alias, a entrega dessa porção de terra localizada na região sul do estado do Mato Grosso do Sul, estaria outorgando aos assentados o acesso a um lote numa área bem



localizada do ponto de vista logístico, como também bem servida de recursos naturais (solo, água, clima, etc.) e portadora de uma poderosa infraestrutura, responsável pela elevada produtividade da antiga fazenda.

O mega-assentamento (como pode ser chamado, pois acompanha as proporções faraônicas de seus predecessores; a Companhia Mate Laranjeira e a Fazenda Itamarati) passaria então a ser outro tipo de modelo, o de ícone na reforma agrária brasileira. Em 24 de maio de 2004, adquiriu o restante da fazenda (24.900 ha) diretamente do empresário, para a implantação do Assentamento Itamarati II.

No sistema atual, existem duas realidades. No Itamarati I estão assentadas 1.145 famílias, distribuídas em 25.508 hectares. Por ser mais antiga, essa parte do assentamento possui um núcleo desenvolvido, mais urbano, com supermercados, bares, farmácia. Na Itamarati I existem quatro movimentos sociais rurais diferentes: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) com 280 famílias, a Associação dos ex-moradores Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati (AMFFI) com 150 famílias, o do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) com 320 famílias e a FETAGRI (Federação dos Trabalhadores Rurais) com 396 famílias. Já na Itamarati II, são 1.692 famílias, em 24.619 hectares. Lá os problemas são mais graves.

A produção não é abundante e grande parte das famílias passa por muitas dificuldades. Além dos quatro movimentos que também estão no Itamarati I e II, ainda há a Federação da Agricultura Familiar, uma espécie de dissidência da CUT.

O fato é que a realidade do Assentamento esta distante do ideal. Muito dos assentados produzem apenas para auto consumo ou, em muitas vezes, realizam trabalhos alheios a agricultura, tendo seus lotes apenas como local de residência. Em vários casos também observa-se que, apesar do incentivo governamental, através do Pronaf, muitos sequer têm escolaridade suficiente para compreender o que lê, tornando-se assim o que é chamado de “Analfabeto Funcional”.

É visível também o descontentamento pela omissão do INCRA (governo federal), da Agraer (governo estadual) e das assistências técnicas que tem justamente como função principal, o apoio ao produtor rural quanto a questão de metodologia do trabalho agrário, a aquisição de insumos e organização no momento da venda. Sem contar nas necessidades sociais inerentes como a falta de estrutura das escolas, falta de segurança e de postos de saúde de qualidades, não esquecendo também da situação precária das estradas.

5.1 A COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ITAMARATI

A ideia de existir uma cooperativa de produtores do Assentamento Itamarati existia desde 2006, porem, sempre houve problemas que possibilitassem a organização da própria. Os principais obstáculos, segundo os atuais membros da diretoria da cooperativa eram inúmeros, desde a falta de interesse por parte dos assentados, passando pelo descaso dos órgãos governamentais e assistências técnicas que deveriam dar suporte aos produtores, até a falta de estabelecimento de vínculo de mercadológico com algum cliente pela falta de expressão da produção individual de cada indivíduo.

Antes da criação da cooperativa de lei, a empresa de laticínio enviava caminhões para recolher a produção dos assentados. Segundo informações dos produtores, o recolhimento do leite era realizado de maneira precária e desorganizado. A higiene dos aparelhos para pesagem e armazenamento do produto não era das melhores. Alguns produtores chegaram



também a declarar que no momento da pesagem tinham a sensação de estar perdendo produção. A pesagem feita pela empresa coletora de leite dava, segundo eles, um número abaixo do que o que eles haviam coletado.

Outra questão que gerava insatisfação era o valor pago pelo litro de leite que variava de produtor a produtor. Alguns alegavam ter recebido R\$ 0,40 por litro como o valor mais inferior repassado pelo Laticínio Cambi enquanto outros asseguravam ter recebido R\$ 0,30 como preço pago pelo leite. Em um ponto todos os produtores entrevistados concordavam, a empresa coletora pagava o preço que bem entendia sem usar nenhum preço como referência.

Em alguns momentos os produtores chegaram a se queixar com a empresa do valor pago, o que conseqüentemente trazia um aumento do preço repassado, mas em pouco tempo, o preço voltava a cair gerando ainda mais descontentamento por parte dos assentados, ou seja, não tinham alternativa para venda de seu produto.

Todos esses pontos, somados ainda a falta de apoio técnico devido ao número baixo de técnicos para auxiliar os produtores (apenas 08 para mais de 2800 famílias) afluíram a necessidade de ação por parte dos assentados.

Em março de 2010 quando alguns produtores se organizaram e criaram assim a COOPERAFI. A cooperativa existe desde Março do ano de 2010 e foi criada com o objetivo de dar uma opção para que o produtor de leite do Assentamento Itamarati que até então comercializava seu produto apenas com o Laticínio Cambi.

Hoje existem CCPs (Centro Comunitário de Produção) espalhados ao longo de todo assentamento, que são pontos de arrecadação de leite com resfriadores instalados e distribuídos em vários pontos do assentamento Itamarati, servindo para o armazenamento seguro do produto sem a perda do mesmo e feita de maneira higiênica e organizada. Existem atualmente 30 pontos de arrecadação de leite ao longo do assentamento, 08 deles instalados com o apoio da Eletrobrás, que servem para facilitar a locomoção dos produtores até o ponto de armazenamento do leite evitando assim que percorram grandes distâncias não comprometendo a qualidade do produto ao longo de todo o percurso e também tornando-o mais inviável economicamente para os produtores que estariam mais distante.

Atualmente a cooperativa concede os benefícios de auxílio veterinário oferecido por uma profissional contratada pela cooperativa e também a compra de insumos (sal, ração, adubo e calcário) de maneira mais rápida e barata, tornando mais viável a produção.

A cooperativa conta com o apoio do Conseleite/MS que é uma associação civil, regida por estatuto e regulamentos próprios, formado pelo mesmo número de representantes dos produtores rurais e das indústrias, que tem como objetivo a busca pró-ativa de soluções conjuntas, pelos produtores rurais e indústrias, para problemas comuns do setor lácteo sul-mato-grossense, por meio de uma relação mútua de confiança que visa uma maior clareza no estabelecimento de preços de referência para a matéria-prima leite.

São 20 membros do conselho indicados, paritariamente, pela FAMASUL (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul) bancada rural e pelo SILEMS (Sindicato das Indústrias de Laticínios de Mato Grosso do Sul) bancada industrial. Eles se reúnem mensalmente, para avaliar e aprovar os preços de referência da matéria-prima leite.

Como órgãos de apoio há uma secretaria executiva e a CAMATEC (Câmara Técnica e Econômica), composta por 4 representantes dos produtores rurais, 4 representantes da indústria e 4 professores universitários (da UFPR e UEMS) – que realiza estudos e pesquisas

para subsidiar as decisões do conselho. O Conselho conta com o apoio da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite (CSCPL) e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR).

Os preços de referência pretendem representar um valor justo para a remuneração da matéria-prima leite, tanto para os produtores rurais quanto para as indústrias, levando em consideração o volume e a qualidade da matéria-prima.

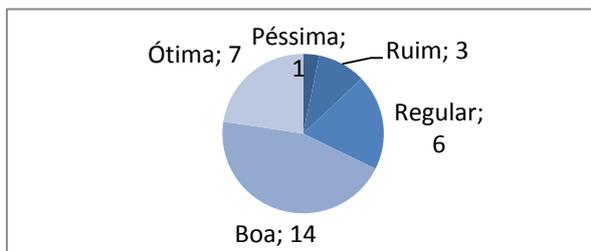
Mensalmente, por meio de resoluções, o conselho divulga os preços de referência finais para o leite entregue no mês anterior e os preços projetados para o leite a ser entregue no mês em curso. A existência de um referencial de preço para o leite permite ao produtor estabelecer uma referência para os valores a ser pago pelo leite. Importante resaltar que o preço de referência não é um preço mínimo, nem máximo e não é obrigatório. É uma referência para a livre negociação entre as partes.

O valor pago pela COOPERAFI ao produtor associado, que é definido mensalmente pelo Conseleite e que geralmente é diminuído no período da seca. A cooperativa trabalha pagando o valor estabelecido do Conseleite usado como referência mais 5%.

6. ANÁLISE DOS DADOS

Atualmente os produtores trabalham de maneira muito mais organizada devido ao trabalho em conjunto com a cooperativa. Eles alegaram que o método de trabalho que a cooperativa aplica melhorou a sua situação criando possibilidades de ter um valor considerado mais justo pago pelo produto, sendo o principal motivo para a migração para a cooperativa, manifestando-se satisfeitos com os serviços prestados pela cooperativa.

Gráfico 1: Satisfação do associado com os serviços da COOPERAFI



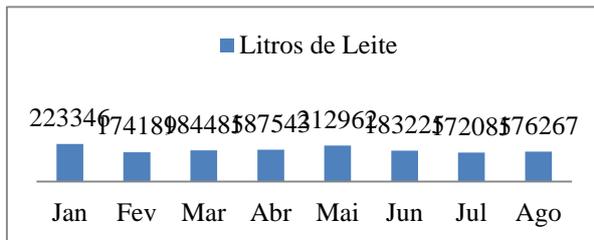
Fonte: Dados da pesquisa

Uma das razões citadas por vários produtores e que gera uma avaliação positiva da cooperativa é que a qualidade do produto melhorou com a cooperativa. Alguns produtores passaram a produzir leite apenas por ter um CCP próximo a sua propriedade, passando a ter assim uma renda adicional, já que esses produtores não tem a produção de leite como sua fonte de renda principal. O ponto negativo levantado nesta situação foi que alguns produtores desejarem ter mais apoio técnico pela cooperativa durante o período de seca.

A parceria com a Embrapa possibilitou a realização de análise de solo e assim ter mais informação das características do solo, identificando quais os cuidados necessário para se ter um pasto com mais qualidade principalmente no período de seca.

No gráfico 2, a seguir indica o volume de produção realizado no ano de 2012 pelos produtores de leite do Assentamento Itamarati.

Gráfico 2: Produção de Leite em 2012

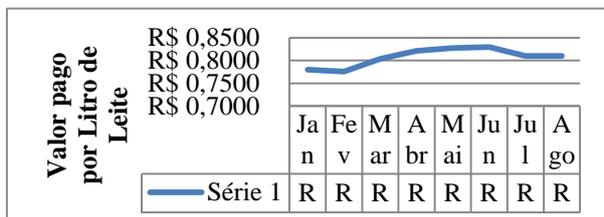


Fonte: Dados da pesquisa

Nos últimos meses de 2012, a produção não se alterou muito, porém, no começo do ano houve uma diferença significativa no valor do leite devido a descensão na produção, após o pico que ela alcança que ocorre entre outubro e janeiro.

A situação atual é mais satisfatória para os produtores, que antes da cooperativa. Praticamente todos eles consideram que o valor pago pela cooperativa pelo litro de leite é justo, enquanto apenas alguns a classificaram de regular. Nenhum, porém, alegou receber um valor injusto pelo litro de leite, o que demonstra o resultado positivo do trabalho realizado pela cooperativa.

Gráfico 3: Valor do litro de leite (Valor estabelecido pelo Conseleite mais 5%) em 2012



Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela a seguir, apresenta o faturamento total dos produtores no ano de 2012 pela produção de leite a partir do mês de Janeiro.

Tabela 1: Valor total do da venda de leite no ano de 2012

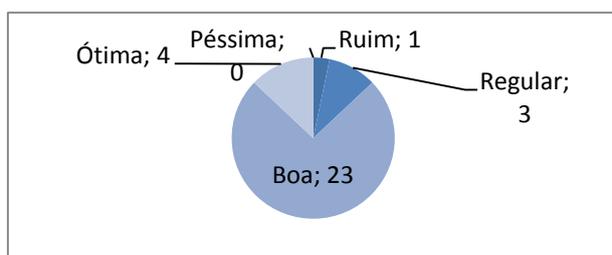
Mês	Produção/Litro	Valor	Valor Total
Janeiro	223.346	R\$ 0,7800	R\$ 174.209,88
Fevereiro	174.189	R\$ 0,7760	R\$ 135.170,66
Março	184.485	R\$ 0,8035	R\$ 148.233,69
Abril	187.543	R\$ 0,8211	R\$ 153.991,55
Maiο	212.962	R\$ 0.8274	R\$ 174.204,75
Junho	183.225	R\$ 0,8294	R\$ 151.966,81
Julho	172.085	R\$ 0,8100	R\$ 139.388,85
Agosto	176.267	R\$ 0,8100	R\$ 142.776,27

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se, que a produção alcança dois picos ao longo de 2012, os meses de janeiro e maio. Essa alta produção em janeiro foi por causa do pico de produção que acontece durante esse período do ano e no mês de maio ocorreu devido às chuvas fora de épocas registradas até então.

Apesar disso, os produtores disseram que existe um retorno financeiro classificado como positivo. Nenhum deles considerou o retorno péssimo e apenas um produtor o classificou como ruim.

Gráfico 4: Avaliação do retorno financeiro pelo produtor



Fonte: Dados da Pesquisa

Por mais que o período da seca no ano, que vai do mês de maio a outubro, ter sido bastante intenso neste ano, o valor pago pelo leite teve uma ligeira variação, não muito significativa. Apesar disso, alguns produtores alegam que neste período de seca, devem gastar

mais, com alimentos para o gado, para continuar produzindo o volume semelhante a época das chuvas.

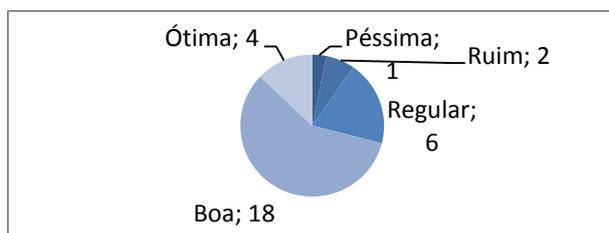
Atualmente a cooperativa conta com o auxílio de técnicos de serviço de consultoria sobre produção, preparo do solo para pastagem e manejo de equipamento para a extração de leite. É importante mencionar também, que a falta de conhecimento das normas sanitárias por parte dos produtores é diminuída consideravelmente com o auxílio dos técnicos da cooperativa.

Atualmente a legislação sanitária demonstra-se muito rígida em vários aspectos e para que os produtores tenham a produção arrecadada e distribuída pela cooperativa é necessária a adaptação a essas normas. Os assentados contam também com os serviços de uma veterinária, funcionária da cooperativa, que trabalha para a manutenção da saúde das vacas usadas para produção do leite.

Há também a possibilidade de compra de insumos para a produção leiteira com preços menores aos associados por meio da compra conjunta entre as cooperativas com estabelecimentos parceiros. Alguns produtos como o sal, ração suplementar, adubo, calcário e alguns medicamentos, importantíssimos para a melhoria da produção, tem o preço diminuído para o produtor associado à cooperativa.

Esses benefícios fazem com que a maioria dos produtores avalie de maneira positiva os serviços prestados pela cooperativa, conforme o Gráfico 5.

Gráfico 5: Qualificação pelo produtor dos serviços prestados pela cooperativa



Fonte: Dados da pesquisa

Existem dificuldades apresentadas pelos produtores, que geram insatisfação, como a falta de alimentos durante o período da seca, devido à falta de chuva, o pasto diminui e se enfraquece, perdendo qualidade nutritiva, forçando o produtor a comprar mais ração, aumentando assim o valor investido na produção. Como não existe um sistema de irrigação em muitas das propriedades, o assentado tem extrema dificuldade de produzir algum alimento, como o milho, por exemplo, para dar de comer às vacas. Não somente a falta de irrigação é um problema, muito não tem o maquinário apropriado para o plantio e consideram o custo muito elevado para ser feito uma só vez.

Outro ponto de insatisfação é a falta de oportunidade para a realização de inseminação. Muitos dos produtores gostariam de ter a oportunidade de aumentar o número de rés em suas



propriedades, mas não têm a oportunidade de realizar a inseminação nas vacas. No ano de 2011, alguns produtores se organizaram e pagaram o curso de inseminação.

Atualmente existe um projeto da cooperativa de realizar inseminações para seus associados através de sua profissional de veterinária, mas o projeto ainda entrará em fase de elaboração e aprovação.

Outra reclamação dos cooperados é a burocracia para a aquisição da documentação. A DAP (Documento de Aptidão ao Pronaf), é um documento classificado de difícil acesso por parte do INCRA. O DAP é um documento de primeira necessidade para conseguir o financiamento através do Pronaf junto ao Banco do Brasil.

A falta de comunicação entre os produtores com a cooperativa também foi classificado como deficitária, além de encontro esporádico dos funcionários da cooperativa com o produtor no local da produção. Quando se realizam reuniões, pouca coisa ou quase nada é decidido ou pelo não comparecimento de um número significativo de produtores ou por falta de consenso.

A seguir é apresentado o diagnóstico da realidade dos produtores de leite, com análise interna e externa, pontos fortes e fracos e das ameaças e oportunidade, conforme a Tabela 2.

Tabela 2: Diagnóstico da realidade dos produtores de leite da COOPERAFI

Análise Interna		Análise Externa	
Pontos Fortes	Pontos Fracos	Oportunidades	Ameaças
1. Melhoria na produção através do apoio técnico e veterinário da cooperativa; 2. Pagamento justo pela produção; 3. Obtenção de recursos financeiros através do Pronaf; 4. Parceria com empresas fornecedoras de insumos através da cooperativa.	1. Falta de estrutura para alimento do rebanho em época de seca; 2. Impossibilidade da realização de inseminação para aumento do rebanho; 3. Falta de comunicação com os outros produtores e com os gestores da cooperativa; 4. Burocracia na obtenção do financiamento pelo PRONAF.	1. Implantação do Programa Balde Cheio; 2. Maior articulação com entidades parceiras (órgãos apoiadores da agricultura familiar, órgãos públicos e com o Banco do Brasil) 3. Parceria com a BR Foods (principal cliente) e Embrapa (análise do solo).	1. Estiagem, a falta de chuva pode comprometer a produção; 2. Elevação nos preços dos insumos.

Fonte: Dados da pesquisa

7. CONCLUSÃO

Percebe-se que o produtor de leite associado à COOPERAFI encontra-se, em parte, satisfeito com a realidade atual, pelo menos mais satisfeito do que a realidade antes da criação da cooperativa. Do tempo em que ainda negociavam seus produtos com o Laticínio Cambi até aqui é notável o desenvolvimento da aplicação da atividade leiteira no assentamento.

Avanços existem, como a melhor remuneração pelo produto, a centralização do recebimento e armazenamento do leite, através da organização dos CCPs e principalmente as parcerias da cooperativa com órgãos públicos, privados e entidades parceiras da agricultura familiar.

O objetivo de acesso às políticas públicas e de estabelecimento de convênios de cooperação, visando à eficiência da atividade é uma das razões pela evolução da produção



atual. O fornecimento de insumos e suprimentos para a atividade leiteira a preços mais baixos a produtores associados também se destaca como uma das razões que geram satisfação do produtor.

Mas, apesar da evolução alguns problemas ainda persistem. Os produtores ainda enfrentam grande complicação na produção de alimento durante a época de seca já que, durante esse período a ração esta mais cara. O preço do adubo também fica mais caro assim como as sementes, dos insumos que poderia ser utilizados para a plantação de alguma cultura para usar de alimento para o rebanho. Essa situação diminui a margem de lucro do produtor nesse período.

Outro motivo de preocupação dos produtores é a reprodução do rebanho. Ela ainda é realizada de maneira natural, enquanto o animal esta em período de gestação, não produz leite para comercialização. Quando o produtor possui alguma vaca prenha ele perde durante o período de gestação do animal a produção que ela poderia gerar. Seria importante que cooperativa desenvolvesse um projeto que auxilie os produtores com a inseminação dos animais. O aumento do número do rebanho é um anseio de vários produtores. Um ponto importante é que a cooperativa dispõe de uma profissional capacitada para a realização do procedimento.

A burocracia também foi reconhecida como uma grande razão de insatisfação dos produtores associados. Para eles, existe muita dificuldade para aquisição do crédito rural e alguns deles citaram que seria interessante uma atuação maior por parte da cooperativa nesse ponto. Com a desburocratização e maior articulação entre as entidades envolvidas na produção rural da agricultura familiar, a produção tornar-se-á mais ágil.

A falta de comunicação, outro grande problema citado por diversos produtores, pode ser solucionado se houver maior articulação entre as partes envolvidas. Como citado pelo presidente da cooperativa através da entrevista está à necessidade de maior entrosamento entre as entidades parceiras da agricultura familiar através de elaboração de projetos integrados.

O investimento em processos de formação continuada para seu quadro social, no que se refere principalmente aos conhecimentos relacionados à produção, é necessário, portanto, a contratação por parte da cooperativa de mais profissionais na área técnica. Esses profissionais serviriam para ajudar na melhoria do conhecimento de produção com o assentado e assim melhorar a produção de leite e aumentar os números dos associados.

A transferência de conhecimento é uma ferramenta fundamental para qualquer processo produtivo e principalmente para os produtores rurais de assentamento, por possuírem um nível de formação ainda deficiente. O conhecimento tem uma forte contribuição na sustentabilidade do sistema produtivo. A cooperativa pode atuar como um instrumento de difusão do conhecimento possibilitando, melhorias na qualidade do produto e de agregação de valor na produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, F. J. B. COELHO, J. A. P. M. VASCONCELOS, T. C. As políticas públicas e os projetos de assentamento, **Estudos de Psicologia**. Natal, v. 9, n. 1, p. 81-88, jan./abr. 2004.

BARUFFI, Helder. **Metodologia da pesquisa**. 4. ed. Dourados: HBedit, 2004.



DAVID, A. **Competitividade das Cooperativas do Sistema de Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar – SISCLAF**. 2009. 75 f. Monografia (Pós-Graduação Gestão do Cooperativismo Solidário) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2009.

GIL, A. C. **Como realizar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2002

LEHN, J. C. **Análise de Satisfação dos Clientes da Uniced Litoral e Norte Catarinense – Agência de Balneário Camboriú**, Monografia (Sinergia Sistema de Ensino Instituto Superior de Educação Curso de Administração), Navegantes/SC, jul. 2009.

MARTINS, J. S. **A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso**, Tempo Social. São Paulo, v.15, n.2, Nov. 2003.

MORAIS, E. E. LANZA, F. SANTOS, L. M. L. PELANDA, S. S. **Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 105, jan./mar. 2011.

RODRIGUES, R. V. CASTRO, E. R. TEIXEIRA, E. C. **Avaliação de uma política de estabilização de renda para a agricultura familiar**. Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília, v. 45, n. 1, jan./mar. 2007.

SANTOS, K. D. GOMES, S. T. FERREIRA, M. A. M. **Alianças Estratégicas no Cooperativismo de Leite: Um Estudo de Caso**, 2004.

SANTOS, J. A. G. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas - Uma Análise Socioeconômica do PRONAF**. 2009. 71 f. Monografia (Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2009.

SANTOS, A. N. **Assentamento Rural e Agrícola – os acertos, impasses e perspectivas no P. A. Corona, Ponta Porã (MS)**. 2009. 201 f. Monografia (Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

TERRA, A. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã (MS) - O pivô da questão**. 2009. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia na área de Concentração Produção do Espaço Geográfico) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

_____. **O Assentamento Itamarati no contexto dos Mega empreendimentos em território Sul-Mato-Grossense**. *Revista de geografia agrária*, v. 5, n. 9, p. 166-202, fev. 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. 174p.